

A Inconfidência Mineira de 1789

Por Raphael Rocha de Almeida

A importância do tema.



A Inconfidência Mineira de 1789 é, sem dúvida, um dos eventos da história colonial brasileira de maior repercussão e conhecimento popular. O dia 21 de abril – feriado nacional – é o momento em que nós, brasileiros, rememoramos e comemoramos o dia da Inconfidência Mineira e o dia de Tiradentes – o mártir – cuja frase emblemática “Liberdade ainda que tardia” (na verdade, de autoria de Alvarenga Peixoto) ressoa ano após ano como *o ideal nacional* almejado pelos inconfidentes. Nas solenidades do dia da Inconfidência Mineira, assistimos à presença de personalidades políticas importantes cujos discursos, normalmente, estabelecem uma relação entre o ideal dos inconfidentes de 1789 e os projetos de Brasil em questão no presente.

Monumento a Tiradentes, cidade de
Ouro Preto

A Inconfidência Mineira permanece na memória popular como o momento fundador da nacionalidade brasileira¹ e Tiradentes como o herói que deu sua vida por uma sociedade mais justa e igualitária.

Polêmica

¹ Para um aprofundamento em relação ao mito de Tiradentes e o imaginário republicano brasileiro, ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

A Inconfidência Mineira foi abordada por estudiosos de várias maneiras diferentes. Há quem a defina como um movimento que buscava a liberdade da colônia portuguesa frente à metrópole. Outros já esboçam contornos mais regionais atribuindo sua "quase" eclosão ao descontentamento da população de Minas para com o excesso da carga tributária imposta pelo governo português. Teremos ainda pesquisadores que tomam os interesses particulares como propulsores do movimento. É fácil perceber que o tema é, ainda hoje, polêmico, principalmente no que diz respeito ao papel de cada um dos envolvidos.

Estudos Importantes

Dentre os estudos mais recentes, destacamos o livro *A Devassa da Devassa*², do historiador inglês Kenneth Maxwell, que, desde sua primeira edição brasileira em 1978, tornou-se leitura obrigatória sobre o movimento. A esta obra, pode-se atribuir, em certa medida, a tese, hoje comumente aceita entre os especialistas, de que a Inconfidência Mineira foi um movimento cujos participantes eram, na sua maioria, “magnatas” da região das Minas, movidos por motivos pessoais e que Tiradentes teria sido, de fato, um “bode expiatório”. Para Maxwell, Tiradentes teria sido um “branco, ambicioso, sem propriedades, (...) produto típico da América portuguesa em busca de mobilidade vertical na estrutura social sem demonstrar especial preocupação quanto ao modo de conseguí-la.”³

Outro trabalho, *O Manto de Penélope*, de João Pinto Furtado, mais recente, diverge da interpretação de Maxwell. Procura enfatizar que os Inconfidentes tinham múltiplos interesses, alguns até mesmo excludentes, não podendo, portanto, serem vistos como um grupo coeso⁴. João Pinto Furtado, ao analisar os bens seqüestrados dos envolvidos, confrontado-os com as respectivas comarcas onde estavam instalados os empreendimentos econômicos dos Inconfidentes, conclui que “interesses econômicos fortemente enraizados

² MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

³ *Ibidem*, p. 215.

⁴ Ver FURTADO, João Pinto. *Inconfidência Mineira: crítica histórica e diálogo com a historiografia*, São Paulo, FFLCH-USP, 2000 (tese de doutoramento). Nesse trabalho, o autor faz uma exaustiva análise dos bens seqüestrados dos Inconfidentes e aponta que a heterogeneidade dos envolvidos é forte indicio da multiplicidade de propósitos.

em diferentes em setores da economia e de diferentes comarcas geraram diferenciadas percepções e intensidades de envolvimento na Inconfidência pelo diversos protagonistas”.⁵

Um terceiro grupo de estudos importantes sustenta a tese de que é possível identificar na Inconfidência Mineira de 1789 semelhanças e diferenças em relação a outros motins que ocorreram ao longo do século XVIII na capitania de Minas Gerais⁶. Dentre estes estudos destacamos Luiz Carlos Villalta. Seus estudos identificam na Inconfidência Mineira elementos de práticas e teorias políticas bastante tradicionais, que remontam ao século XVI.

De acordo com as teorias corporativas de poder⁷, a sedição poderia ser um recurso dos vassallos contra o rei tirano e/ ou governador tirano, não significando necessariamente uma ruptura com a monarquia, mas sim contra a tirania e o despotismo.

Os envolvidos e os interesses em jogo

Dentre os 24 envolvidos e condenados, havia médicos, advogados, oficiais de tropa paga e proprietários de escravos. Destacam-se ainda indivíduos formados pela Universidade de Coimbra. Vejamos o perfil de alguns deles e os interesses em jogo.

Cláudio Manoel da Costa: Nascido em Coimbra, poeta, fazia a lavagem dos lucros obtidos com o contrabando. Banqueiro, rico usurário e proprietário de terras minerais e agrícolas, ex-secretário de vários governos da Capitania. Possuía 31 escravos.

⁵ Ibidem, 2000, p. 108.

⁶ VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: O Império Luso-Brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Virando Séculos), p. 54-55. Sobre os motins ocorridos nas Minas ver, FIGUEIREDO, Luciano Raposo de. *Práticas políticas e idéias ilustradas na América portuguesa (quando os motins tornam-se inconfidências – 1640-1817)*. (no prelo).

⁷ Sobre as teorias corporativas de poder ver: VILLALTA, Luiz Carlos. *El-Rei, os Vassallos e os Impostos: Concepção Corporativa de Poder e Método Tópico num Parecer do Códice Costa Matoso*. *Varia Historia*, Belo Horizonte (21): 222-236, jul. 1999.

Padre Carlos Correia de Toledo: nascido em Taubaté (SP), homem rico e culto, dono de propriedades agrícolas e minerais, pároco em São José del Rei, hoje Tiradentes. Tinha 32 escravos.

Alferes Joaquim José da Silva Xavier: 40 anos, com patente inicial do oficialato (de tropa regular), equivalente a subtenente, compadre de Domingos de Abreu Vieira, amigo pessoal de Joaquim Silvério dos Reis (denunciante), inimigo de Gonzaga. Dedicara-se à mineração, anos antes, sem êxito, perdendo suas propriedades por dívidas; em 1775, ingressara na carreira militar como alferes, posição inicial do oficialato, sendo comandante do destacamento que, no início da década de 1780, patrulhava a estrada para o Rio de Janeiro, na Serra da Mantiqueira. Na carreira militar, não progrediu de posto ou de remuneração. Possuía 5 escravos.

Inácio José de Alvarenga Peixoto: nascido em Coimbra, ex-ouvidor de São João del Rei, endividado, com ação pendente da Junta de Comércio de Lisboa (cerca de 12 contos de réis) e com débitos com João Rodrigues de Macedo e Joaquim Silvério dos Reis. Seu patrimônio, de mais de setenta contos de réis, era suficiente para saldar suas dívidas e, segundo João Pinto Furtado, colocava-o em posição de destaque quanto à riqueza. Possuía 132 cativos.

Cronologia, Fatos e Propostas

As diversas propostas de sedição têm íntima relação com uma oposição, por parte dos envolvidos, à política colonial defendida por D. Maria I (1777-1792). As mudanças políticas promovidas nos governos de Luis da Cunha Menezes (1783 a 1788) e Luís Antônio Furtado de Castro do Rio Mendonça, o Visconde de Barbacena (1788 a 1797), produziram certa insatisfação entre os membros da elite local que viam nas reformas restrições a ganhos lícitos e ilícitos.

Durante o governo de Luiz da Cunha Menezes, membros da elite local foram afastados de posições e possibilidades de lucro. O governador contrariou os interesses de Tomas Antônio Gonzaga, a ponto de ser denunciado à rainha. Contrariou também Francisco de Paula Freire de Andrade e seu sogro Álvares Maciel (o pai). Em 1786, ordenou a busca de documentos incriminadores na fazenda de Maciel, iniciando uma ação contra o mesmo para resolver o pagamento de antigos débitos. Além disso, promoveu muitos de seus protegidos à carreira militar e preteriu a promoção de outros, dentre eles, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, que foi tirado do comando do Destacamento da Mantiqueira e, por isso, ficou afastado da possibilidade de ganhos com o contrabando. Ordenou, ainda, o banimento do padre José da Silva e Oliveira Rolim, notório contrabandista, pego como um bode expiatório⁸.

O sucessor de Cunha Menezes, governador Luiz Antônio Furtado de Castro do Rio Mendonça, mais conhecido como o visconde de Barbacena, recebera, em 1788, ordens de Martinho de Mello e Castro, ministro de D. Maria I. Tais instruções continham medidas que contrariavam ainda mais os interesses dos inconfidentes. Eram elas: o aumento da receita e ampliação da dependência da economia mineira em relação a Portugal, correção dos abusos do clero, regulamentação da cobrança extorsiva de direitos eclesiásticos, exame das práticas dos magistrados, avaliação dos intendentess em relação ao contrabando, aumento dos valores de direitos de entrada (espécie de tributo, responsável pelo encarecimento dos produtos metropolitanos nas Minas), reavaliação de contratos arrematados desde 1754, nos quais a Fazenda Real fracassou na cobrança de impostos, além da substituição dos contratos de arrecadação que passariam para administração direta da Coroa.⁹ Ficava determinada, ainda, a cobrança dos impostos não-pagos através da derrama. A rainha recomendava, no entanto, que o Visconde de Barbacena avaliasse se o povo tinha condições de suportar a derrama.

As orientações do ministro de D. Maria I relacionavam-se a duas mudanças importantes: a primeira era que, em fins do século XVIII, a produção aurífera já dava evidentes sinais de esgotamento, e a segunda é que tais medidas visavam uma administração mais eficiente, principalmente no que diz respeito à arrecadação de impostos

⁸ Idem. p. 43-45

⁹ Idem. p. 44-45

e do controle do contrabando. Naquele período fora comum, o enriquecimento de pessoas através do contrabando e da arrematação dos contratos de cobranças de impostos.

Ao que parece, foi durante um encontro na casa de Alvarenga Peixoto, em fins de 1788, que os inconfidentes deram sua primeira manifestação coletiva de insatisfação para com as duras medidas determinadas por D. Maria I. A indignação dos inconfidentes pode ser entendida de duas formas: ou a capitania era potencialmente rica mas toda a riqueza era drenada para fora, e/ ou tais reformas, pelo menos, ameaçavam o enriquecimento dos próprios inconfidentes. Foi a partir dessa reunião que os inconfidentes passaram a traçar as estratégias para uma futura sedição que deveria ocorrer no dia da decretação da derrama. Para o sucesso da rebelião, pretendiam obter o apoio da capitania de São Paulo e do Rio de Janeiro. Tiradentes seria o responsável pela divulgação da proposta dos inconfidentes nos locais públicos, além de tentar obter apoio nas capitanias circunvizinhas.¹⁰ Entre as propostas dos inconfidentes, destacam-se: a liberdade de comércio, a livre extração de diamantes, o desenvolvimento das manufaturas, a cobrança dos dízimos pelos párocos, a transferência da capital da capitania para São João Del Rei que era, naquele momento, a região mais farta de alimentos e rica, a criação de uma universidade em Vila Rica. Os Inconfidentes planejavam também instalar uma república na região da capitania de Minas. Segundo eles, à nação que primeiro os socorresse durante a guerra, seria concedida vantagens. Alguns Inconfidentes, porém, fizeram pronunciamentos que demonstram sua aceitação por uma outro rearranjo político: a instalação de um Império Luso-Brasileiro com sede na América: o cônego Luís Vieira da Silva e Inácio José de Alvarenga Peixoto (no caso deste, essa posição era muito suspeita, pois foi registrada quando ele já se encontrava preso e talvez indicasse uma tentativa dele de aliviar a pena que temia vir a receber. De qualquer forma, fica evidente que os Inconfidentes queriam participar, de uma forma ou de outra, efetivamente da condução política da capitania.

¹⁰ Idem. p. 47.